

Edição 11.183 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **SEXTA-FEIRA // 20.11.2026 // Cascavel-PR** **www.gazetadoparana.com.br**

Governo do Paraná revisa contratos de terceirização para conter gastos públicos

●**Fazenda abriu trabalho com a Secretaria da Administração para analisar contratos;** medida ocorre após gastos na Educação

●Fazenda anunciou revisão de contratos terceirizados após **expansão dos gastos na Educação e problemas apontados pelo TCE-PR e na Produserv**

●O Governo do Paraná iniciou uma revisão dos contratos de terceirização da administração estadual como parte de uma estratégia para conter o crescimento das despesas públicas. A medida foi revelada pela Secretaria de Estado da Fazenda durante audiência pública sobre o orçamento de 2027, realizada na terça-feira (17), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O anúncio ocorre em um cenário de expansão expressiva das contratações, especialmente na Educação, e após sucessivos problemas identificados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), além de crises trabalhistas envolvendo empresas prestadoras de serviços ao governo. A iniciativa foi anunciada pelo diretor de Orçamento da Fazenda, Marcos Tadeu Cavalcante Silva, durante a apresentação da proposta orçamentária de R$ 84,6 bilhões para 2027. Segundo ele, a equipe econômica vem trabalhando desde 2024 para conter o avanço das despesas correntes, especialmente nos órgãos que concentram os maiores orçamentos, como as secretarias da Educação e da Segurança Pública. "Desde 2024, a gente vem trabalhando na contenção do avanço dessas despesas correntes", afirmou o diretor. Em seguida, revelou a nova medida. Público ● P.3

DADOS

● **A dimensão financeira da terceirização** pode ser observada na Secretaria de Estado da Educação (Seed), uma das estruturas com maior volume de contratos de fornecimento de mão de obra.



Reprodução/Prefeitura de Foz

MPPR cobra mais vagas em cemitérios de Foz

●O Ministério Público do Paraná (MPPR) acionou a concessionária responsável pelos cemitérios de Foz do Iguaçu e a Prefeitura por problemas na prestação dos serviços funerários. A ação civil pública aponta ocupação próxima de 100% nos quatro cemitérios da cidade, falhas na identificação de pessoas sepultadas e retenção de corpos em câmaras frias hospitalares por falta de jazigos sociais gratuitos. A administração municipal afirma que acompanha a situação e já realizou um levantamento técnico que identificou a possibilidade de criar 542 novas vagas em três cemitérios. Segundo a Prefeitura, as informações foram encaminhadas à concessionária Camis Assessoria e Serviços Ltda., responsável pela gestão dos espaços, para execução de um plano emergencial. A ação foi ajuizada na segunda-feira (16) pela 9ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu e tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública. O Ministério Público pede medidas urgentes para ampliar a capacidade de sepultamento e cobra providências tanto da empresa quanto do Município. Público ● P.2

Contrato de R$ 15,8 mi para médicos é suspenso



Ricardo Ribeiro/AEN

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) suspendeu uma contratação de até R$ 15,8 milhões para prestação de serviços médicos na rede pública de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba. A decisão foi tomada após questionamentos sobre o modelo de seleção adotado pela prefeitura, que previa a escolha de uma única empresa para executar até 7 mil horas mensais de atendimento. A suspensão cautelar interrompe o Credenciamento nº 005/2026 até uma nova decisão sobre o caso. A medida foi determinada pelo conselheiro Ivan Lelis Bonilha e homologada por unanimidade pelo Tribunal Pleno. O processo ainda será analisado quanto à legalidade do modelo de contratação. O edital previa a contratação de uma empresa especializada para prestar serviços médicos de forma contínua e integrada, pelo período de 12 meses. Os profissionais seriam destinados às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a outros serviços da rede municipal, nas áreas de atenção primária e secundária. Público ● P.3



Assessoria Stein

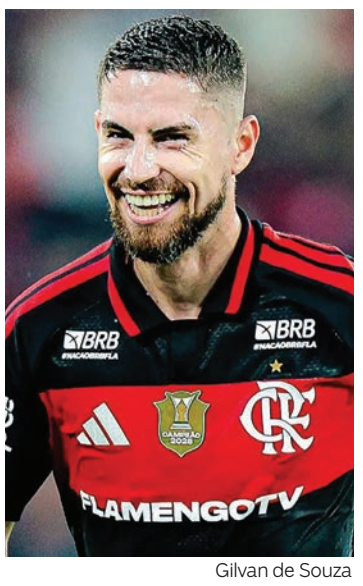
Stein Cascavel está perto do hexa

●O Stein Cascavel está muito perto de conquistar o hexacampeonato do Paranaense da Série Ouro. Para faturar a sexta conquista consecutiva, o time cascavelense só precisará de um empate na partida de volta da decisão do Estadual no dia 09 de dezembro, no ginásio da Neva. Este será o último jogo oficial das meninas do técnico Márcio Coelho em 2026. É claro que a equipe quer encerrar a temporada com uma grande festa diante da torcida. A vantagem do empate foi adquirida pela vitória por 2 a 1 sobre a Copagril de Marechal Cândido Rondon no jogo de ida da decisão n quarta (18), no ginásio Ney Braga. Mas quem conhece Márcio Coelho e o elenco do Stein, o time irá ignorar a vantagem para fechar a temporada com vitória. Ou seja, na edição deste ano do Estadual, o Stein tem a possibilidade de repetir o que fez na Libertadores da América: levantar a taça com 100% de aproveitamento. Esportes ● P.6

Brasileirão

Flamengo pode ser campeão neste sábado

O Flamengo está muito próximo de conquistar o título do Campeonato Brasileiro de 2026. Após os resultados da 35ª rodada, disputada na quarta-feira, o Rubro-Negro atingiu 98,6% de probabilidade de ser campeão, contra apenas 1,4% do vice-líder Palmeiras, segundo levantamento do Departamento de Matemática da UFMG. Esportes ● P.6



Gilvan de Souza

Pedágio

Sede Alvorada se mobiliza na Justiça contra a cobrança

Mais de 500 moradores de Sede Alvorada participaram na noite de quarta-feira (18) de uma assembleia comunitária para discutir a cobrança de pedágio eletrônico na BR-163, entre Cascavel e Toledo. A comunidade aprovou que a Associação de Moradores busque medidas judiciais para tentar garantir a isenção da tarifa e preservar o direito de circulação. Público ● P.3



Reprodução/redes sociais

Pato Branco

Contrato envolve ex-sócio do irmão de Ratinho

A Prefeitura de Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, firmou um contrato de R$ 2.943.000 com a Linea Mídia Comunicações Ltda., empresa cujo representante legal, Rodolfo de Sousa Aires, manteve sociedade empresarial com Gabriel Martinez Massa, irmão do governador Ratinho Junior (PSD). O negócio prevê o fornecimento de 205 lousas digitais. Público ● P.4

Público

Crise Funerária Ação aponta lotação próxima de 100%, falhas na identificação de sepultados e corpos retidos em hospitais; Prefeitura afirma ter mapeado 542 novas vagas e cobra execução de plano emergencial

MPPR cobra vagas em cemitérios de Foz e aciona concessionária

Ação do MPPR cobra ampliação de vagas nos cemitérios de Foz do Iguaçu e aponta falhas na identificação de pessoas sepultadas na cidade

GABRIEL PORTA
Cascavel


MP aponta colapso nos cemitérios de Foz Reprodução / Prefeitura de Foz

● O Ministério Público do Paraná (MPPR) acionou a concessionária responsável pelos cemitérios de Foz do Iguaçu e a Prefeitura por problemas na prestação dos serviços funerários. A ação civil pública aponta ocupação próxima de 100% nos quatro cemitérios da cidade, falhas na identificação de pessoas sepultadas e retenção de corpos em câmaras frias hospitalares por falta de jazigos sociais gratuitos. A administração municipal afirma que acompanha a situação e já realizou um levantamento técnico que identificou a possibilidade de criar 542 novas vagas em três cemitérios. Segundo a Prefeitura, as informações foram encaminhadas à concessionária Camis Assessoria e Serviços Ltda., responsável pela gestão dos espaços, para execução de um plano emergencial.

A ação foi ajuizada na segunda-feira (16) pela 9ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu e tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública. O Ministério Público pede medidas urgentes para ampliar a capacidade de sepultamento e cobra providências tanto da empresa quanto do Município.

Questionamentos do MP

Na ação, a Promotoria afirma que o serviço funerário é administrado por meio de um contrato de concessão firmado em 2008. Segundo o órgão, a empresa detém o monopólio do serviço no município e tinha conhecimento do risco de esgotamento da capacidade dos cemitérios desde pelo menos 2020. O MPPR sustenta que a concessionária deixou de adotar medidas para ampliar o número de vagas e utilizou a escassez de sepulturas para pressionar o poder público pela prorrogação do contrato.

Em relação à Prefeitura, a Promotoria aponta falhas na fiscalização, ausência de procedimentos de sanção contra a empresa e demora nas medidas necessárias para licenciar e implantar uma nova necrópole pública. O Ministério Público também relata situações de sepultamentos sem identificação adequada e de pessoas falecidas em situação de vulnerabilidade mantidas em câmaras frias de hospitais pela falta de jazigos gratuitos.

542 novas vagas

Em manifestação publicada no site oficial, a Prefeitura afirma que acompanha e fiscaliza a disponibilidade de vagas e cobra da concessionária a execução de ampliações emergenciais. O levantamento foi realizado pelas secretarias municipais de Meio Ambiente e de Planejamento e Urbanismo. O estudo identificou a possibilidade de criação de 362 vagas no Cemitério Jardim São Paulo, 93 no Cemitério Três Lagoas e 87 no Cemitério Islâmico.

Somadas, as intervenções podem disponibilizar 542 novas vagas. O documento também apresenta um projeto de expansão da área, com potencial para implantação de mais de 9 mil jazigos. Segundo o secretário municipal de Meio Ambiente, Johnys Freitas, as equipes fizeram medições e calcularam a quantidade de sepulturas possíveis. As informações foram encaminhadas à concessionária para execução do plano emergencial.

A Prefeitura afirma que aguarda uma manifestação da empresa sobre as ampliações. De acordo com Freitas, a concessionária alega que não há saldo contratual disponível para construir novas vagas, mas ainda não apresentou documentos que comprovem despesas superiores aos valores previstos no contrato.

Sepultamentos gratuitos

Outro ponto de divergência envolve as obrigações da concessionária. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o contrato estabelece a disponibilização de vagas gratuitas para sepultamentos como contrapartida pela concessão, sem previsão de limite ou restrição de quantidade.

A comercialização das sepulturas tradicionais e a gestão financeira desses serviços ficam sob responsabilidade da empresa. O secretário também afirma que a Prefeitura solicita relatórios dos sepultamentos realizados nos últimos três anos, com atenção especial aos gratuitos, além de informações sobre eventuais inadimplências.

A administração municipal diz ainda que mantém a fiscalização dos procedimentos de exumação e acompanha a execução das obrigações previstas no contrato.

O que o MP pede na Justiça?

Em caráter liminar, o MPPR solicita que a concessionária execute, em até 15 dias, intervenções para ampliar a capacidade dos cemitérios. Entre as medidas estão a instalação de um quarto nível aéreo nos gavetários, a construção de módulos laterais nos muros e a abertura de 52 sepulturas decorrentes de manejo arbóreo autorizado.

A Promotoria também pede que a empresa seja impedida de condicionar a realização das obras à prorrogação do contrato e que libere o acesso aos sistemas informatizados e ao chamado Livro-Tombo, utilizado para registrar a identificação das pessoas falecidas.

Para a Prefeitura, o Ministério Público solicita uma auditoria presencial e eletrônica nos cemitérios em até cinco dias. Também pede que o Município adote medidas para evitar que corpos permaneçam em câmaras frias hospitalares por mais de 24 horas e dê prioridade às obras da nova necrópole pública.

No julgamento definitivo, o MPPR pede que as medidas sejam mantidas até o fim da concessão, previsto para fevereiro de 2028. A ação também requer a condenação solidária da concessionária e do Município ao pagamento de R$ 10 milhões por danos morais coletivos. O valor seria destinado ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos.

FOZ DO IGUAÇU

Novas vagas mapeadas pela Prefeitura

Cemitério Jardim São Paulo: 362 vagas
Cemitério Três Lagoas: 93 vagas
Cemitério Islâmico: 87 vagas
Total: 542 novas vagas possíveis
Projeto de expansão: potencial para mais de 9 mil jazigos

Contrato de R$ 15,8 milhões para médicos é suspenso no Paraná

TCE suspendeu credenciamento de R$ 15,8 milhões para serviços médicos em Almirante Tamandaré após questionamentos sobre o modelo de seleção

Gabriel Porta
Cascavel


Credenciamento de R$ 15,8 milhões para serviços médicos é suspenso Ricardo Ribeiro/AEN

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) suspendeu uma contratação de até R$ 15,8 milhões para prestação de serviços médicos na rede pública de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba. A decisão foi tomada após questionamentos sobre o modelo de seleção adotado pela prefeitura, que previa a escolha de uma única empresa para executar até 7 mil horas mensais de atendimento.

A suspensão cautelar interrompe o Credenciamento nº 005/2026 até uma nova decisão sobre o caso. A medida foi determinada pelo conselheiro Ivan Lelis Bonilha e homologada por unanimidade pelo Tribunal Pleno. O processo ainda será analisado quanto à legalidade do modelo de contratação.

O edital previa a contratação de uma empresa especializada para prestar serviços médicos de forma contínua e integrada, pelo período de 12 meses. Os profissionais seriam destinados às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a outros serviços da rede municipal, nas áreas de atenção primária e secundária.

A sessão para recebimento e abertura dos envelopes ocorreu em 1º de junho de 2026. Segundo informações apresentadas pela própria prefeitura ao Tribunal, 11 empresas participaram do procedimento. Quatro foram habilitadas, mas apenas uma alcançou pontuação técnica suficiente para assumir a execução integral dos serviços. O resultado estava na fase de análise de recursos administrativos.

Única empresa

A representação que levou à suspensão foi apresentada pela Helpmed Saúde Ltda. A empresa questionou a utilização do credenciamento para selecionar, na prática, uma única prestadora de serviços. O modelo adotado pela prefeitura previa pontuação técnica, classificação das participantes e escolha de uma vencedora. A empresa com maior nota ficaria responsável por toda a execução do contrato. As demais poderiam ser chamadas apenas se a primeira colocada não pudesse assumir os serviços

Na avaliação do relator, essa estrutura levanta dúvidas sobre a compatibilidade do procedimento com as regras do credenciamento. Pela legislação, esse instrumento permite que a administração pública habilite prestadores interessados em fornecer determinado serviço. Quando a contratação simultânea de todos os credenciados é inviável, a distribuição da demanda deve seguir critérios objetivos.

O questionamento apresentado ao Tribunal aponta que o edital não estabeleceu uma divisão dos serviços entre as empresas habilitadas. Em vez disso, criou uma classificação para escolher uma única prestadora responsável pela execução integral do contrato.

Integração dos serviços

Ao se manifestar no processo, a Prefeitura de Almirante Tamandaré defendeu a legalidade do procedimento. A administração argumentou que a pontuação técnica tinha como objetivo identificar a empresa mais preparada para atender à rede municipal, e não promover uma disputa de preços. A prefeitura também justificou a escolha de um único prestador pela necessidade de manter a integração dos serviços de saúde.

Entre os argumentos apresentados estão a organização das escalas médicas, a coordenação dos diferentes pontos de atendimento, a padronização dos fluxos assistenciais e a substituição rápida de profissionais. Segundo a administração, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência apresentaram justificativas para a execução unificada. A prefeitura também afirmou que a divisão dos serviços entre várias empresas seria inadequada às necessidades da rede municipal.

Suspensão

Ao avaliar o caso, o conselheiro Ivan Lelis Bonilha considerou que havia elementos suficientes para interromper o credenciamento antes da conclusão da análise. Um dos pontos considerados foi a existência de questionamento semelhante envolvendo outro procedimento da própria prefeitura, o Credenciamento nº 003/2026, que também havia sido suspenso cautelarmente.

Segundo a decisão, o avanço do processo poderia levar à formalização do contrato antes de uma avaliação definitiva sobre a legalidade do modelo adotado.

Com a medida, o município deve manter o procedimento suspenso. O prefeito Camilo Daniel Lovato, a secretária municipal de Saúde, Luise Carolina Winhaski Borato, e outros agentes envolvidos foram chamados a apresentar defesa no prazo de 15 dias.

O processo ainda será analisado quanto ao mérito. A decisão final deverá avaliar se o formato escolhido pela prefeitura está de acordo com as regras previstas para o credenciamento de empresas.

Revisão contratual Fazenda abriu trabalho com a Secretaria da Administração para analisar contratos; medida ocorre após expansão dos gastos na Educação, apontamentos do TCE-PR e crise trabalhista da Produserv

Governo do Paraná revisa contratos de terceirização para conter gastos

Fazenda anunciou revisão de contratos terceirizados após expansão dos gastos na Educação e problemas apontados pelo TCE-PR e na Produserv

DA REDAÇÃO
Cascavel

●O Governo do Paraná iniciou uma revisão dos contratos de terceirização da administração estadual como parte de uma estratégia para conter o crescimento das despesas públicas. A medida foi revelada pela Secretaria de Estado da Fazenda durante audiência pública sobre o orçamento de 2027, realizada na terça-feira (17), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O anúncio ocorre em um cenário de expansão expressiva das contratações, especialmente na Educação, e após sucessivos problemas identificados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), além de crises trabalhistas envolvendo empresas prestadoras de serviços ao governo.

A iniciativa foi anunciada pelo diretor de Orçamento da Fazenda, Marcos Tadeu Cavalcante Silva, durante a apresentação da proposta orçamentária de R$ 84,6 bilhões para 2027. Segundo ele, a equipe econômica vem trabalhando desde 2024 para conter o avanço das despesas correntes, especialmente nos órgãos que concentram os maiores orçamentos, como as secretarias da Educação e da Segurança Pública. "Desde 2024, a gente vem trabalhando na contenção do avanço dessas despesas correntes", afirmou o diretor. Em seguida, revelou a nova medida: "Recentemente abrimos uma frente de trabalho com a Secretaria da Administração para que eles nos apoiem no sentido de verificar esses contratos de terceirização".

A declaração representa a primeira informação apresentada na audiência sobre a abertura dessa frente específica de análise contratual. A Fazenda, entretanto, não detalhou quais contratos estão sendo examinados, quais órgãos serão abrangidos, quanto pretende economizar nem se a revisão poderá resultar em renegociações, redução de postos de trabalho ou mudanças na prestação dos serviços.

Também não foi esclarecido se a análise terá caráter exclusivamente financeiro ou se incluirá problemas de fiscalização, cumprimento de obrigações trabalhistas e qualidade dos serviços prestados. A distinção é relevante porque a revisão ocorre depois de uma série de apontamentos de órgãos de controle e de denúncias envolvendo empresas contratadas pelo Estado.


A Fazenda abriu uma frente de trabalho com a Secretaria da Administração para revisar contratos AEN

Gastos multiplicados

A dimensão financeira da terceirização pode ser observada na Secretaria de Estado da Educação (Seed), uma das estruturas com maior volume de contratos de fornecimento de mão de obra. Dados apresentados pelo TCE-PR no Acórdão nº 1175/2025 mostram que os valores associados a essas contratações passaram de R$ 67,1 milhões, em 2021, para mais de R$ 730 milhões estimados em 2024.

O crescimento nominal foi superior a 987%, o equivalente a aproximadamente 10,9 vezes o valor inicial. No mesmo período, o número de postos terceirizados passou de 2.454 para uma estimativa de 20.819, aumento de aproximadamente 748%.

A expansão ocorreu de forma especialmente intensa entre 2021 e 2022, quando os valores passaram de R$ 67,1 milhões para R$ 573,4 milhões, acompanhando a ampliação do contingente contratado para 15.570 postos. Em 2023, o Tribunal registrou 17.311 postos e R$ 614,4 milhões em contratações.

Em agosto de 2025, o próprio TCE informou que os contratos de terceirização de pessoal da Educação já superavam a estimativa de R$ 900 milhões anuais. O montante se refere especificamente à pasta e não representa o custo total da terceirização em todos os órgãos do governo estadual.

Os números demonstram a expansão financeira do modelo, mas não permitem concluir, isoladamente, que cada posto terceirizado tenha se tornado mais caro. O crescimento das despesas ocorreu simultaneamente à ampliação dos serviços e do número de trabalhadores contratados.

R$ 191 milhões

A expansão dos contratos foi acompanhada por problemas identificados pelo Tribunal de Contas. Em maio de 2026, o órgão informou que o trabalho de fiscalização das terceirizações da Educação havia produzido impacto financeiro positivo superior a R$ 191 milhões para o tesouro estadual, considerando resultados já consolidados e valores estimados até o encerramento do ano. Desse total, R$ 39,5 milhões correspondiam a possíveis ressarcimentos e recusas de pagamento identificados até dezembro de 2022. Outros R$ 137,4 milhões estavam relacionados a recusas de pagamento apuradas, validadas e consolidadas entre janeiro de 2023 e janeiro de 2026. Havia ainda R$ 14,1 milhões em ressarcimentos pendentes, identificados em novas análises.

Os R$ 191 milhões não representam integralmente recursos desviados ou prejuízos definitivamente comprovados. O valor reúne pagamentos recusados, possíveis ressarcimentos e resultados estimados da fiscalização.

Entre os problemas identificados pelos auditores estavam divergências entre o faturamento apresentado pelas empresas e os registros de admissões e demissões, além da falta de reposição de trabalhadores durante férias e ausências. Essas situações poderiam resultar em pagamentos superiores aos valores efetivamente devidos pelos serviços prestados.

Os apontamentos levaram à formalização de um Termo de Ajustamento de Gestão entre o TCE e a Secretaria da Educação. O acordo estabeleceu medidas para corrigir falhas de fiscalização, prevenir novas irregularidades e dar andamento à apuração de responsabilidades, incluindo 41 tomadas de contas especiais e 41 processos administrativos.

A atuação do Tribunal evidencia uma dimensão que vai além dos valores originais dos contratos: a necessidade de manter estruturas permanentes de acompanhamento, conferência de jornadas, controle de pagamentos e fiscalização das obrigações assumidas pelas empresas.

GOVERNO DO PARANÁ

Números da terceirização na Educação

2021: R$ 67,1 milhões em contratações e 2.454 postos
2022: R$ 573,4 milhões e 15.570 postos
2023: R$ 614,4 milhões e 17.311 postos
2024: mais de R$ 730 milhões estimados e 20.819 postos
Agosto de 2025: contratos já superavam a estimativa de R$ 900 milhões anuais

Crise trabalhista

Os problemas envolvendo a terceirização não ficaram restritos à Educação. Ao longo de 2026, a Gazeta do Paraná acompanhou a crise da Produserv Serviços Ltda., empresa responsável por contratos em escolas, hospitais, universidades, autarquias e diferentes repartições estaduais.

Levantamento publicado pelo jornal identificou aproximadamente 133 contratos e 3.654 postos de trabalho vinculados à prestadora. Trabalhadores denunciaram atrasos salariais, dificuldades no recebimento de férias, verbas rescisórias, vale-transporte e vale-alimentação, além de problemas envolvendo descontos de empréstimos consignados.

A situação mobilizou sindicatos, órgãos de fiscalização e o Ministério Público do Trabalho (MPT), provocando paralisações, retenção de pagamentos e intervenções administrativas. Em setembro, o governo informou ter realizado diretamente aproximadamente R$ 13 milhões em pagamentos a 2.536 trabalhadores vinculados à empresa, diante do bloqueio de contas da prestadora. Esses pagamentos estavam relacionados às obrigações trabalhistas dos contratos e não podem ser automaticamente classificados como despesas adicionais.

No mês seguinte, a Secretaria da Administração e da Previdência (Seap) iniciou procedimentos para uma eventual extinção de parte dos contratos da Produserv. O Aviso nº 096/2026, assinado em 8 de outubro, apontou descumprimentos contratuais e orientou os órgãos estaduais sobre a necessidade de planejar a substituição da prestadora, de modo a evitar interrupções dos serviços.

A crise expôs a complexidade administrativa de um modelo no qual o Estado contrata empresas para executar atividades essenciais, mas continua responsável pela fiscalização contratual e pela adoção de medidas quando a prestação dos serviços ou o cumprimento de obrigações trabalhistas ficam comprometidos.

Sede Alvorada aprova mobilização judicial contra pedágio

Mais de 500 pessoas participaram de assembleia em Cascavel; associação recebeu autorização para buscar isenção da tarifa e cadastrou famílias para fundamentar ação coletiva

Eliane Alexandrino
Cascavel

●Mais de 500 moradores de Sede Alvorada, distrito de Cascavel, participaram na noite de quarta-feira (18) de uma assembleia comunitária para discutir a cobrança de pedágio eletrônico na BR-163, entre Cascavel e Toledo. Durante o encontro, a comunidade aprovou que a Associação de Moradores busque medidas judiciais para tentar garantir a isenção da tarifa e preservar o direito de circulação da população local.

A mobilização ocorre após a instalação do pórtico do sistema eletrônico de cobrança, conhecido como free flow, no km 222 da rodovia, nas proximidades do distrito. A estrutura foi montada pela concessionária Via Campo e não possui cabines ou cancelas. A cobrança depende de autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e, conforme a previsão divulgada, poderá começar até abril de 2027.

Durante a assembleia, foram distribuídos formulários para o levantamento socioeconômico das famílias. Segundo a associação, os 600 documentos impressos disponibilizados foram preenchidos. O cadastro deverá servir de base para fundamentar um possível pedido judicial coletivo contra a cobrança. "Conseguimos a autorização da comunidade para irmos em frente e entrarmos com uma ação para não pagar esse pedágio. Nós somos contra. É inaceitável nós, do distrito, pagarmos para irmos à sede do nosso próprio município, ficarmos separados e não podermos participar da vida da cidade sem pagar", afirmou o presidente da Associação de Moradores, Áurio Inácio Schmitz.

A principal preocupação dos moradores é o impacto financeiro e social da tarifa sobre quem precisa se deslocar diariamente entre Sede Alvorada, Cascavel e Toledo.

A cobrança poderá atingir trabalhadores que utilizam a rodovia para chegar ao emprego, professores, estudantes, crianças em idade escolar e pacientes que precisam de atendimento de saúde na área urbana. A comunidade argumenta que a tarifa poderá representar um custo adicional para atividades essenciais, inclusive deslocamentos dentro do próprio município.


Sede Alvorada se mobiliza para barrar cobrança de pedágio na BR-163 Divulgação

A associação também questiona a cobrança pelo fato de o trecho entre Cascavel e Toledo já contar com pista duplicada. Para a liderança comunitária, a implantação do pedágio cria uma barreira financeira para moradores que dependem da rodovia no cotidiano.

Cadastro das famílias

A autorização aprovada na assembleia permite que a associação encaminhe a iniciativa em nome dos moradores. O levantamento socioeconômico será utilizado para reunir informações sobre as famílias e demonstrar a dependência dos deslocamentos pela BR-163. De acordo com a entidade, a inclusão das famílias no pedido de isenção dependerá do cadastramento. A próxima etapa será organizar a documentação e buscar os encaminhamentos jurídicos necessários.

A mobilização também cobra uma articulação conjunta de entidades representativas e do agronegócio regional para discutir alternativas à cobrança e defender os interesses da população de Sede Alvorada.

Via Campo

A concessionária Via Campo administra o Lote 5 das rodovias do Paraná, contrato assinado em 13 de março de 2026, com início da concessão em 16 de abril e prazo de 30 anos. O lote compreende 432,7 quilômetros de rodovias federais e estaduais, incluindo trechos das BRs 163, 369 e 467 e das PRs 158, 317, 467, 977 e 978. Na BR-163, entre Cascavel e Toledo, a empresa já instalou um pórtico de cobrança no km 222, próximo a Sede Alvorada. O equipamento utiliza o sistema free flow, que identifica os veículos pela placa ou por dispositivo eletrônico, sem necessidade de cabines ou cancelas. Mas a cobrança ainda depende de autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A previsão é que o sistema entre em operação até abril de 2027.

No Sudoeste Contrato de R$ 2,94 milhões prevê 205 lousas digitais por 12 meses; representante da fornecedora já foi sócio do irmão do governador Carlos Massa Ratinho Junior

Contrato de Pato Branco envolve ex-sócio do irmão de Ratinho

Ao término da contratação, os equipamentos não serão automaticamente incorporados ao patrimônio público

DA REDAÇÃO
Cascavel

●A Prefeitura de Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, firmou um contrato de R$ 2.943.000 com a Linea Mídia Comunicações Ltda., empresa cujo representante legal, Rodolfo de Sousa Aires, manteve sociedade empresarial com Gabriel Martinez Massa, irmão do governador Ratinho Junior (PSD). O negócio, assinado em agosto de 2026, prevê o fornecimento de 205 lousas digitais à rede municipal de ensino, em regime de comodato, pelo período de 12 meses. Ao término da contratação, os equipamentos não serão automaticamente incorporados ao patrimônio público.

A contratação amplia a presença da Linea no setor público paranaense e chama atenção pelo histórico da fornecedora. A empresa venceu licitações milionárias da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), cujos contratos passaram a ser objeto de apuração do Ministério Público do Paraná (MPPR) em junho deste ano. A investigação, posteriormente colocada sob sigilo, foi instaurada para examinar possíveis irregularidades nas contratações, incluindo questionamentos sobre economicidade e restrições à concorrência.

O novo contrato municipal não integra, até onde foi possível verificar, o objeto da investigação do MPPR. Entretanto, recoloca em evidência a trajetória de uma empresa que acumulou negócios expressivos com órgãos públicos e cujo representante manteve uma relação societária com um familiar direto do governador.

Quase R$ 3 milhões por um ano

O Contrato de Fornecimento nº 116/2026, obtido pela reportagem, estabelece o pagamento de R$ 1.620.000 pela disponibilização de 100 telas interativas Samsung WAF de 86 polegadas. Cada equipamento representa uma mensalidade de R$ 1.350, totalizando R$ 16.200 durante os 12 meses de vigência.

Outras 105 telas Samsung WAF de 65 polegadas representam um custo adicional de R$ 1.323.000. Nesse caso, a mensalidade individual é de R$ 1.050, equivalente a R$ 12.600 por equipamento ao longo de um ano. Considerando os dois modelos, o custo médio previsto chega a aproximadamente R$ 14,3 mil por tela no período contratual.

Os valores não correspondem exclusivamente à disponibilização dos equipamentos. O contrato também inclui licenças de software de gerenciamento, instalação, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva. Ainda assim, a modalidade escolhida levanta uma questão sobre a economicidade da operação: qual seria o custo de aquisição definitiva dos equipamentos, acrescido dos serviços necessários ao funcionamento, em comparação com a contratação por 12 meses?

O documento prevê a possibilidade de prorrogação, desde que atendidos os requisitos legais e demonstrada a vantagem econômica para a administração. Uma eventual renovação por mais 12 meses, mantidos os mesmos valores, elevaria o custo acumulado a R$ 5.886.000. Trata-se, contudo, de uma projeção, e não de despesa adicional já autorizada.

Contratação por adesão

A Prefeitura de Pato Branco não realizou uma nova disputa licitatória específica para selecionar a fornecedora. A contratação ocorreu mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 005/2025, originada do Pregão Eletrônico nº 006/2025, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná (CIEDEPAR).

O procedimento é previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, mas exige, entre outras condições, demonstração da vantagem da adesão e compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado. O contrato municipal menciona expressamente essas exigências e identifica o Processo Administrativo nº 13.576/2026 como fundamento da contratação.

A documentação analisada não inclui o estudo técnico preliminar, a pesquisa de preços nem a justificativa detalhada da opção pelo comodato. Sem esses elementos, não é possível concluir se o modelo contratado representa economia ou despesa superior à alternativa de aquisição dos equipamentos. O instrumento foi assinado pelo prefeito Geri Natalino Dutra em 13 de agosto e pelo representante da Linea, Rodolfo de Sousa Aires, em 18 de agosto de 2026.


Ratinho pai, Ratinho Jr. e Gabriel Massa Reprodução Redes sociais

Irmão do governador

A ligação entre Rodolfo de Sousa Aires e Gabriel Martinez Massa foi formalizada em abril de 2023, quando os dois passaram a integrar o quadro societário da TLA Brasil Tecnologia em Monitores Ltda., empresa distinta da Linea. Gabriel Massa, que também preside o Grupo Massa, nunca figurou formalmente como sócio da fornecedora contratada por Pato Branco.

A cronologia dessa sociedade ganhou repercussão política porque coincide com o crescimento dos valores das licitações vencidas pela Linea junto à Celepar. Em 2022, antes da constituição da sociedade, a empresa venceu o Pregão Eletrônico nº 1176/2022, de aproximadamente R$ 8,05 milhões. No ano seguinte, já durante a relação empresarial entre Rodolfo e Gabriel, venceu outro pregão, de R$ 36,1 milhões.

A sequência prosseguiu em 2024, com uma licitação de aproximadamente R$ 26,4 milhões, e em 2025, quando a Linea venceu um procedimento de registro de preços de R$ 79,2 milhões. Somados, os quatro certames representam aproximadamente R$ 149,75 milhões em valores licitados ou registrados, o que não significa que todo esse montante tenha sido efetivamente contratado ou desembolsado pela estatal.

A relação societária foi revelada em reportagens anteriores da **Gazeta do Paraná** e motivou questionamentos de parlamentares da oposição na Assembleia Legislativa. A existência da sociedade, entretanto, não demonstra participação de Gabriel Massa nas decisões administrativas da Celepar nem interferência do governador nas contratações.

SEM LICITAÇÃO

Os números do contrato de Pato Branco

Empresa: Linea Mídia Comunicações Ltda
Valor total: R$ 2.943.000
Prazo: 12 meses
Quantidade: 205 lousas digitais
100 telas de 86 polegadas: R$ 1,62 milhão
105 telas de 65 polegadas: R$ 1,323 milhão
Custo médio por tela: aproximadamente R$ 14,3 mil no período

Paranaenses entram na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados

Paulo Martins oficializou candidatura pelo Novo, enquanto Pedro Lupion é cotado como alternativa apoiada por setores do PL; atual presidente reúne aliança de 15 partidos e busca reeleição em fevereiro de 2027

Eliane Alexandrino
Cascavel

●A disputa pela presidência da Câmara dos Deputados ganhou novos capítulos com a entrada de nomes paranaenses nas articulações para a sucessão de Hugo Motta (Republicanos-PB). Favorito à reeleição, o atual presidente enfrenta resistência de setores da direita, que discutem alternativas para comandar a Casa a partir de fevereiro de 2027.

Entre os nomes que movimentam os bastidores estão o deputado federal eleito Paulo Martins (Novo), que oficializou candidatura na quarta-feira (18), e Pedro Lupion (Republicanos), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que aparece nas conversas como possível alternativa para atrair apoio do PL e de integrantes do Centrão.

A disputa ocorre em meio à reorganização das forças políticas após as eleições de 2026. A vitória de Lula (PT) aprofundou divergências entre Motta e setores da oposição, especialmente no PL, que terá a maior bancada da Câmara, com 121 deputados eleitos.

O partido está dividido entre negociar espaços na composição da Mesa Diretora e apoiar a continuidade de Motta ou lançar um candidato próprio para assumir o comando do Legislativo.

A candidatura de Paulo Martins foi anunciada pelo Novo na última terça-feira (17) e oficializada no dia seguinte. O partido já havia sinalizado que não apoiaria a recondução de Hugo Motta e defende uma alternativa que priorize a independência do Legislativo e as prerrogativas parlamentares.

Sobre Paulo Martins

Ele foi eleito deputado federal pelo Paraná com 44.029 votos. Jornalista de formação, exerceu mandato na Câmara entre 2016 e 2023. Em 2024, foi eleito vice-prefeito de Curitiba e também ocupou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Filiado ao Novo desde julho de 2025, retorna ao Congresso em fevereiro de 2027. O principal desafio será ampliar o apoio para além da bancada do Novo, que tem tamanho reduzido diante dos grandes blocos parlamentares. A estratégia é conquistar votos de deputados do PL e de outras siglas insatisfeitos com a aproximação de Motta com o governo federal.

Pedro Lupion

Outro paranaense citado nas articulações é Pedro Lupion, presidente da FPA e integrante do Republicanos, mesmo partido de Hugo Motta. Em outubro, interlocutores do PL ligados à campanha de Flávio Bolsonaro chegaram a considerar seu nome como alternativa para a presidência da Câmara. A proposta discutida previa apoiar um representante do Centrão no primeiro biênio da legislatura, de 2027 a 2029, e deixar para o PL a possibilidade de disputar o comando da Casa na segunda metade do mandato. Lupion reúne experiência parlamentar e influência nacional pela atuação à frente da bancada ruralista, mas ainda não anunciou candidatura. Em 10 de novembro, afirmou que a FPA não havia iniciado conversas oficiais sobre a sucessão, embora reconhecesse que deputados articulavam individualmente dentro de seus partidos.


Paulo Martins e Pedro Lupion entram no radar da disputa Divulgação

Hugo Motta

Apesar das movimentações, Hugo Motta segue como principal favorito. O atual presidente construiu uma aliança com quinze partidos para tentar permanecer no comando da Câmara por mais dois anos. A resistência de setores da direita, porém, pode alterar as negociações e abrir espaço para candidaturas alternativas.

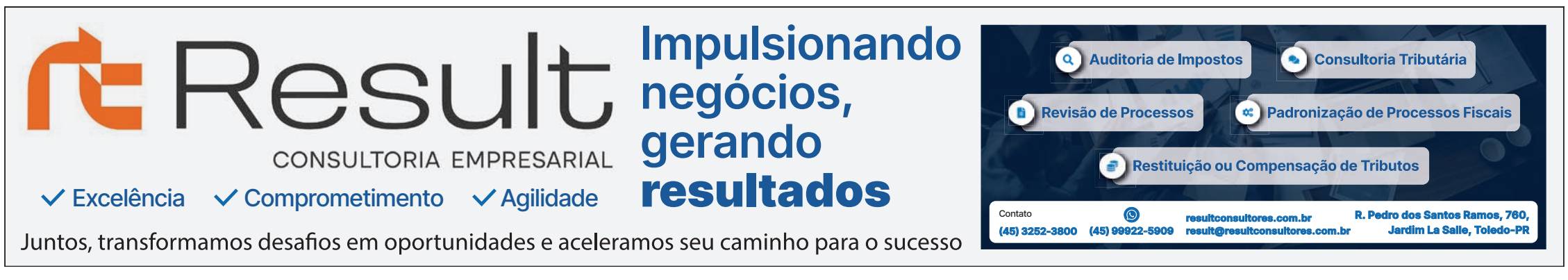
A divisão do PL será um dos fatores decisivos, já que o partido terá a maior bancada da próxima legislatura e poderá influenciar diretamente o resultado da eleição interna.

A escolha do presidente da Câmara está prevista para fevereiro de 2027. Além do comando político da Casa, o cargo tem influência sobre a pauta de votações, a condução dos trabalhos legislativos e a relação do Congresso com o governo federal.

EM NÚMEROS

15

Apesar das movimentações, Hugo Motta segue como principal favorito. O atual presidente construiu uma aliança com quinze partidos para tentar permanecer no comando da Câmara por mais dois anos



50%

DESCONTO MENSALIDADE

ATÉ O FINAL DO CURSO



Acesse o site

ead.fag.edu.br/cursos

FAG EAD

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Futsal feminino Agora, a equipe de Márcio Coelho volta as atenções para a decisão da LFF

Stein Cascavel está a um empate do hexa

Antes dos dois jogos pela decisão da LFF, quatro representantes do time cascavelense irão defender a Seleção Brasileira

LUCIANO NEVES
Cascavel

● O Stein Cascavel está muito perto de conquistar o hexacampeonato do Paranaense da Série Ouro. Para faturar a sexta conquista consecutiva, o time cascavelense só precisará de um empate na partida de volta da decisão do Estadual no dia 09 de dezembro, no ginásio da Neva. Este será o último jogo oficial das meninas do técnico Márcio Coelho em 2026. É claro que a equipe quer encerrar a temporada com uma grande festa diante da torcida.

A vantagem do empate foi adquirida pela vitória por 2 a 1 sobre a Copagril de Marechal Cândido Rondon no jogo de ida da decisão nesta quarta (18), no ginásio Ney Braga. O Stein abriu 2 a 0 no placar com gols da capitã Luana e Lelinha. A Copagril descontou com Lud. Para conquistar o primeiro título paranaense, o time rondonense terá que derrotar o Stein na Neva no jogo de volta para levar o duelo para a prorrogação. A tarefa não é das mais fáceis, já que o Stein venceu todos os jogos que fez diante da torcida na atual temporada.

Mas quem conhece Márcio Coelho e o elenco do Stein, o time irá ignorar a vantagem para fechar a temporada com vitória. Ou seja, na edição deste ano do Estadual, o Stein tem a possibilidade de repetir o que fez na Libertadores da América: levantar a taça com 100% de aproveitamento. No Estadual, o time fez o 13º jogo e conquistou a 13ª vitória. Esse é um dado que reforça o domínio do time cascavelense no Paraná. O Stein venceu todas as edições do Paranaense de 2021 para cá. As três primeiras finais foram contra Telêmaco Borba. E esta é a terceira seguida em que o time cascavelense faz diante da Copagril. Em 2024, o Stein tinha campanha inferior que o time de Rondon. Mesmo assim, fez o jogo de volta na casa das adversárias, sofreu, mas fez a festa do tetra.

No ano passado, fechou a campanha do penta na Neva cheio de desfalques. Na ocasião, o Stein não pôde contar com a goleira Bianca, com Luana e com o técnico Márcio Coelho. Os três representantes do time cascavelense estavam na Seleção Brasileira, se preparando para a disputa da Copa do Mundo da Fifa, na Tailândia. A equipe foi para lá e voltou para casa com a primeira estrela.

Mais números

Nesta edição do Paranaense, o Stein Cascavel chegou a 63 gols. E sofreu apenas cinco. Luana, capitã da equipe, é a goleadora da competição com 14 gols. O Stein chegou a 40 jogos oficiais em 2026, com 38 vitórias, um empate e apenas uma derrota, um aproveitamento de 95,8%. Em 2026, o Stein tem a possibilidade de ser campeão de todas as competições que disputou. Na temporada, a equipe já venceu a Supercopa de futsal e o tricampeonato da Libertadores, o maior campeão da América.

Além da final do Paranaense da Série Ouro, o time de Márcio Coelho também é finalista da LFF. Antes de enfrentar a Copagril na partida de volta da decisão do Estadual, o Stein vivencia dois confrontos decisivos contra o Taboão da Serra, a terceira final da Liga contra o time paulista. O jogo de ida será no dia 28 de novembro, em Taboão da Serra. Depois, a partida de volta, a penúltima da temporada, será no dia 05 de dezembro, na Neva. Ou seja, se a taça da Supercopa foi levantada em Brasília e a da Libertadores em Buenos Aires, o time cascavelense poderá fazer duas festas com a torcida no Caldeirão dos Campeões.

Na Seleção

A semana tem sido bem agitada para Márcio Coelho, Bianca e Luana. Isso porque os três profissionais do Stein mal retornaram da Argentina, após a conquista da Libertadores, e foram até Paranaguá onde integraram a Seleção Brasileira de futsal feminino. O Brasil fará dois jogos contra Portugal no domingo (22) e na terça (24), numa reedição da final da Copa do Mundo do ano passado. Só que o trio do Stein virou um quarteto. Na quarta, antes do jogo contra a Copagril, a pivô Giovanna recebeu a notícia da convocação para a Seleção Brasileira. E neste primeiro chamado já irá atuar nos dois confrontos contra Portugal. No Stein Cascavel desde 2025, Giovanna vem construindo uma trajetória de destaque no futsal feminino. Com passagens pelas seleções Sub-20 e Sub-23, a pivô vive uma boa fase e é a artilheira da LFF com 17 gols. O desempenho ofensivo também se refletiu na Libertadores Feminina, disputada em Buenos Aires, na Argentina, onde a atleta marcou quatro gols.

Domínio

Essa volúpia por títulos do Stein Cascavel não se restringe apenas ao time principal. A equipe Sub-20 também comemorou mais um título nesta temporada. O time que é treinado por Felipe Bonow, auxiliar de Márcio Coelho, faturou o bicampeonato do Campeonato Paranaense da Série Prata no último fim de semana, em casa. Enquanto o time principal fazia a festa do tri da Libertadores, as meninas goleavam o representante de Paranaguá por 7 a 0, na Neva.

Em 17 partidas, o Stein conquistou 16 vitórias e sofreu apenas uma derrota, com 95 gols marcados e 17 sofridos. O desempenho garantiu à equipe a defesa menos vazada da competição. No ataque, Mariah Amaro também deixou sua marca ao terminar o campeonato como artilheira, com 18 gols.


O Stein venceu a Copagril e agora precisa de um empate para o hexa Fotos Assessoria Stein


Giovanna também vai defender a Seleção principal

Cascavel confirma terceira participação na Copinha

O convite coloca o Cascavel entre os quatro representantes paranaenses que disputarão a Copinha 2027

Da assessoria
Cascavel

● O Cascavel está confirmado na 57ª edição da Copa São Paulo de Futebol Júnior, que será realizada entre os dias 2 e 25 de janeiro de 2027. Esta será a terceira participação consecutiva da Serpente na competição, um marco que evidencia o crescimento das categorias de base e a continuidade do projeto esportivo desenvolvido pelo clube. O convite coloca o Cascavel entre os quatro representantes paranaenses que disputarão a Copinha 2027, ao lado de Coritiba, Araucária e Patriotas. Organizada pela Federação Paulista de Futebol, com apoio da Secretaria de Esporte e Lazer da Cidade de São Paulo, a Copinha é a principal vitrine do futebol de base brasileiro.

A trajetória do Cascavel na competição começou em 2025, quando o clube fez sua estreia após conquistar a classificação por meio de sua campanha no Campeonato Paranaense Sub-20 de 2024. Na ocasião, a equipe enfrentou Sport-PE, Referência-SP e Boavista-RJ, encerrando sua primeira participação com um empate e duas derrotas. Mais do que os resultados, a experiência representou um passo importante para o desenvolvimento dos jovens atletas e para a projeção nacional das categorias de base do clube.


Os Piás do Ninho voltam para a Copinha Assessoria

Em 2026, a Serpente retornou à competição e conquistou sua primeira vitória na história da Copinha, com uma expressiva goleada por 6 a 1 sobre o São Bento-SP. A campanha também contou com um empate por 3 a 3 diante do Juventus-SP e uma derrota para o Retrô-PE. Com quatro pontos conquistados e nove gols marcados, o Cascavel demonstrou evolução em relação à sua participação anterior.

A terceira participação consecutiva representa mais um passo na consolidação do projeto de formação de atletas do Cascavel. A presença recorrente em uma competição de alcance nacional demonstra a importância do trabalho desenvolvido nas categorias de base, que busca proporcionar estrutura, competitividade e oportunidades para o crescimento técnico, físico e profissional dos jovens jogadores.

Além de oferecer experiência diante de equipes de diferentes estados, a Copinha amplia a visibilidade dos atletas e fortalece o posicionamento do clube no cenário nacional de formação de talentos. A continuidade nesse ambiente competitivo contribui para o amadurecimento dos jogadores e reforça a integração entre as categorias de base e os objetivos esportivos da instituição. O sorteio dos grupos da Copinha 2027 está previsto para dezembro de 2026, ainda sem uma data exata divulgada oficialmente pela Federação Paulista de Futebol (FPF).

Flamengo fica muito próximo do título do Brasileirão

Gazeta Esportiva
São Paulo

● O Flamengo está muito próximo de conquistar o título do Campeonato Brasileiro de 2026. Após os resultados da 35ª rodada, disputada na quarta-feira, o Rubro-Negro atingiu 98,6% de probabilidade de ser campeão, contra apenas 1,4% do vice-líder Palmeiras, segundo levantamento do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No Maracanã, o Flamengo venceu o Athletico-PR por 2 a 1, de virada. Já no Mineirão, em Belo Horizonte, o Palmeiras perdeu por 2 a 1 para o Cruzeiro, também de virada. Com os resultados, o Flamengo chegou aos 79 pontos e manteve a liderança do Brasileirão. O Palmeiras, por sua vez, permaneceu com 73 pontos, seis atrás do rival carioca. Além da vantagem na pontuação, o Rubro-Negro também leva vantagem no número de vitórias: são 24 contra 21 do time paulista. Restam três rodadas para o encerramento da competição.


Gilvan de Souza

De acordo com o levantamento da UFMG, o cenário mudou consideravelmente após a rodada. Antes dos jogos desta quarta-feira, o Flamengo tinha 86,9% de probabilidade de título, enquanto o Palmeiras aparecia com 13,1%.

Flamengo e Palmeiras se enfrentam neste sábado (21), às 16h30, no Nubank Parque, em São Paulo, pela 36ª rodada do Campeonato Brasileiro. O confronto direto pode confirmar matematicamente o título para a equipe carioca. Com seis pontos de vantagem na liderança, o Flamengo precisa de apenas um empate para garantir a conquista. Caso vença, o Rubro-Negro também assegura o título. Já uma vitória palmeirense reduzirá a diferença para três pontos e manterá a disputa aberta nas duas rodadas restantes. O Palmeiras, portanto, precisa vencer o confronto para continuar com chances de alcançar o rival na classificação.

TPM busca o título do Brasileiro de Futebol 7 em São Paulo

Da assessoria
Cascavel

● Depois de um ano de grandes conquistas, o TPM Toca Pra Mim quer fechar 2026 com chave de ouro. A equipe embarcou ontem para São Paulo, onde disputará pela quinta vez o Campeonato Brasileiro de Futebol 7. No ano passado, o TPM chegou às semifinais e retornou com o terceiro lugar. Este ano, com o elenco renovado e uma temporada histórica nas costas, a equipe vai em busca do título inédito.

O Campeonato Brasileiro de Futebol 7 é a maior competição nacional da modalidade, reunindo as melhores equipes do país nos naipes masculino, feminino e de base. Nesta edição, oito equipes disputam o título feminino: Vila Nova (ES), AABB Curvelo (MG), Taubaté (SP), Extrema (SP), Bom Esporte (RJ), TPM FC (PR), Estadual (ES) e Feras FF (SP).

As equipes foram divididas em dois grupos. O TPM foi sorteado no Grupo B, ao lado de Bom Esporte (RJ), Estadual (ES) e Feras FF (SP). As duas melhores de cada grupo avançam às semifinais.



Assessoria

A competição inicia nesta sexta (20) e vai até domingo (22), em São Paulo, na Paris Arena. O TPM estreia na fase de grupos contra a equipe do Estadual FC (ES) nesta sexta, às 17h50, na quadra Stade de France. Na segunda rodada, a adversária será a equipe do Feras FF (SP), na quadra Louvre às 15 horas e o último jogo da primeira fase será contra a equipe do Bom Esporte (RJ) na quadra Eifel às 18h30. As semifinais serão disputadas no sábado (21) à noite, às 22 horas e no domingo acontecerá a disputa da grande final às 14h.

Publicidade Legal

CONSAMU

CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU - CNPJ 17.420.047/0001-07

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 17.420.047/0001-07, torna público, que realizará no dia **19/08/2026** às **08h31min** a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico do **tipo MENOR PREÇO GLOBAL,** que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) INFECTANTES, QUÍMICOS E PERFUROCORTANTES, NO HOSPITAL DE RETAGUARDA, UPA TANCREDO NEVES E BASES DO SAMU, no município de Cascavel-PR, por um período de 12 (doze) meses.". Início da sessão de disputa de preços às **09h00min** do dia **19/08/2026.** A retirada do edital poderá ser realizada através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@consamu.com.br, pelo site www.novobbmnet.com.br ou na Sede Administrativa do CONSAMU, situado à Rua Uruguai, nº 283, Setor de Compras/Licitação, Bairro Alto Alegre, Cascavel – PR. Telefone: (045) 3036-7117 – Site: https://www.consamu.com.br/

Cascavel – PR, 04 de agosto de 2026.

Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro













HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
Marte intensificará suas reações, respire antes de entrar em uma discussão sobre dinheiro ou ciúme. Praticar um esporte ou fazer uma caminhada no parque ajudará a aliviar tensões. O fim do dia terá um clima mais sereno, aproveite para desacelerar e se sintonizar com os sentimentos. Conversa acolhedora abrirá espaço para um melhor entendimento na vida íntima.

Touro (21/04 a 20/05)
Tensões em casa ou com o par pedirão paciência, ouça os diferentes pontos de vista antes de tomar decisões. Uma reforma ou mudança poderá trazer algum desgaste, divida tarefas e respeite os limites de cada um. Atividades ao ar livre ajudarão a pensar melhor e equilibrar o humor. Amigos trarão apoio emocional, carinho, dicas importantes e boas risadas.

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Pressa e irritação poderão gerar desentendimentos no trabalho ou no trânsito, desacelere. Releia mensagens antes de enviar e dirija com atenção. Na carreira, sua dedicação ganhará reconhecimento, uma reunião importante poderá abrir caminhos. Concentre a energia em tarefas práticas. Uma pausa para conversar com um amigo acalmará o coração.

Câncer (21/06 a 22/07)
Assuntos do coração e limites do orçamento pedirão equilíbrio, faça escolhas com calma. No amor e com os filhos, não deixe a impaciência atrapalhar os momentos juntos. Uma conversa sobre viagens, estudos ou crenças renovará a energia. Fé e sensibilidade ajudarão a encontrar boas soluções. Um gesto de carinho terá mais valor do que um presente caro.

Leão (23/07 a 22/08)
Com Marte em seu signo, não faltará energia e animação. Aposte na atividade física para controlar a impaciência. Motivos pequenos poderão provocar discussão com a família, respire e escolha bem as palavras. Em compensação, será um ótimo momento para mudar de ambiente e ampliar relações. Transforme o entusiasmo em boas iniciativas. Poder em alta!

Virgem (23/08 a 22/09)
Palavras ditas no impulso poderão gerar mal-entendidos com colegas ou parentes. Se algo incomodar, escrever ou caminhar ajudará a organizar os pensamentos antes de conversas importantes. O cansaço pedirá pausas, evite assumir tarefas além da conta. Com o par, carinho e companheirismo trarão conforto. Calma e bom humor farão diferença nas interações.

Libra (23/09 a 22/10)
Em um grupo ou entre amigos, divergências poderão esquentar as conversas, evite tomar partido. Assuntos financeiros pedirão atitude firme e organização. No trabalho, a colaboração de colegas promoverá bons resultados. Uma atividade física ou uma aula de yoga aliviará o estresse. Defenda seus interesses com diplomacia e preserve as boas relações.

Escorpião (23/10 a 21/11)
Na carreira, uma disputa de poder ou cobrança poderá testar seu autocontrole. Mostre firmeza sem entrar em confrontos desnecessários, sua determinação fará diferença. Procure avaliar críticas com calma antes de responder. Depois do expediente, o amor e o lazer trarão alívio, curta um programa gostoso. Um encontro romântico renovará suas energias!

Sagitário (22/11 a 21/12)
Debates sobre política, religião ou valores poderão ficar acalorados, evite prolongar discussões desgastantes. Processo jurídico ou reserva de viagem exigirá paciência com burocracias. Uma antiga pendência também pedirá atenção. Meditar ou fazer uma leitura leve ajudará a desacelerar. Carinho da família, clima acolhedor e conforto restaurarão suas forças.

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Dinheiro compartilhado, dívidas ou herança poderão gerar atritos, mantenha a serenidade e esclareça melhor os acordos. Evite decidir sobre investimentos com pressa. Nas amizades, alinhe expectativas antes de tirar conclusões. Mensagens carinhosas e conversas leves diminuirão o estresse do dia. No amor, mais intensidade, clima quente e paixão!

Aquário (21/01 a 19/02)
Assuntos de trabalho ou de tempo juntos poderão causar atritos com o par. Reserve um momento a dois com privacidade para conversar com calma. Evite disputas de poder, valerá mais buscar um acordo que satisfaça ambos. Carreira em ascensão, foco e poder de negociação trarão ótimos resultados. Boa notícia financeira aliviará preocupações. Sucesso!

Peixes (20/02 a 20/03)
Com Lua em seu signo, você terá sensibilidade para amenizar tensões ao redor. No trabalho, a pressa dos colegas pedirá serenidade, preserve seu ritmo e evite absorver o estresse alheio. Cuide do corpo e faça pausas. À noite, um clima mais acolhedor inspirará planos de viagem e aprendizados. Música e arte farão bem à alma. Empatia abrirá portas!

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

20 Sex — 21° 27° — 24.1mm — Sol com muitas nuvens a nublado com chuva de manhã. Tarde e noite com temporal.

Madrugada	Manhã	Tarde	Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
21° 27°	23° 29°	24.1mm 97% de chance	77% 97%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↓N - 9km/h	↓N - 45km/h	05:37h às 19:01h	Crescente

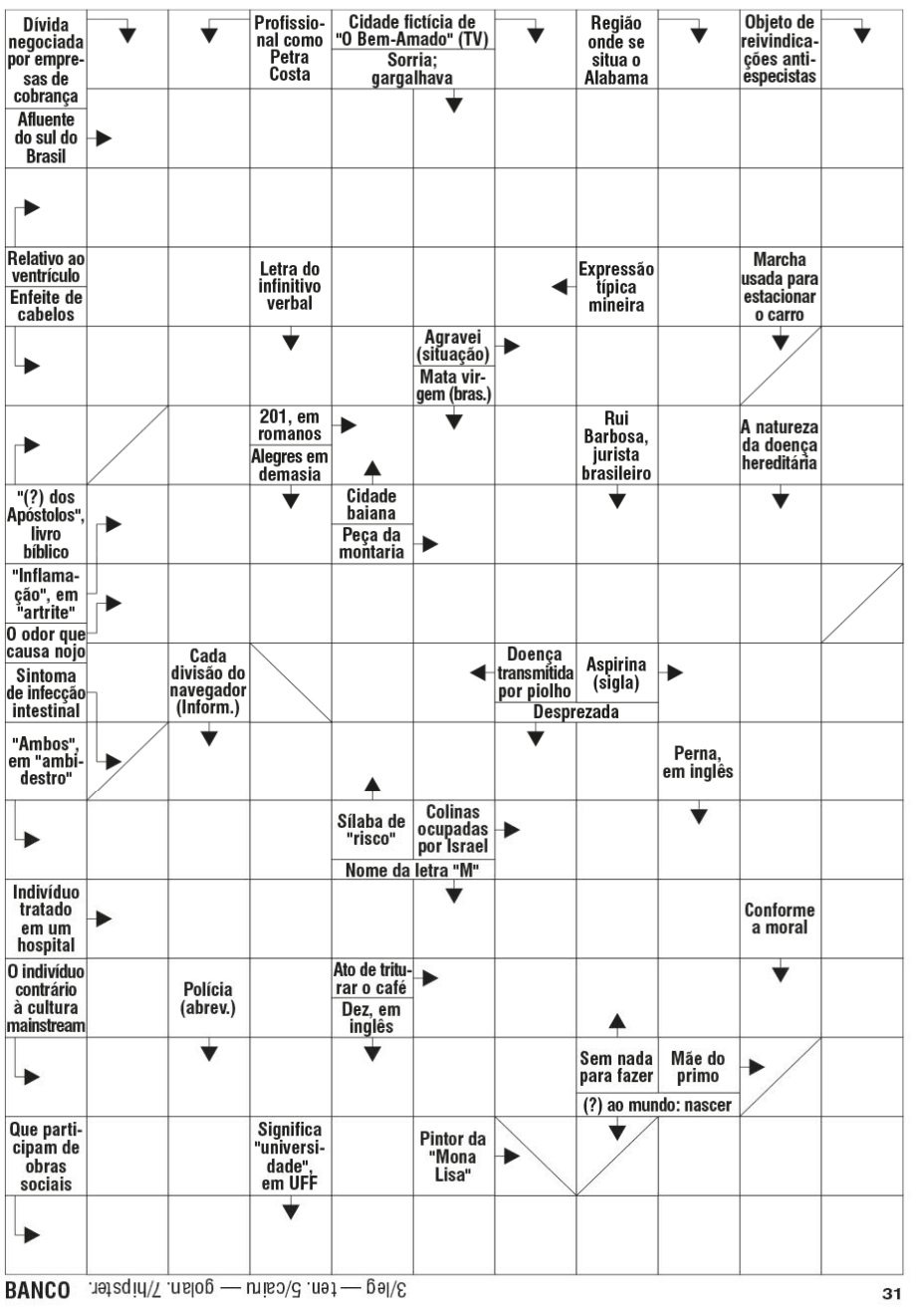
21 Sáb — 20° 27° — 5.6mm — Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada	Manhã	Tarde	Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
20° 27°	22° 30°	5.6mm 90% de chance	80% 98%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↘NW - 8km/h	↘NW - 32km/h	05:37h às 19:02h	Crescente

CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel



BANCO 3/leg — ten. 5/cairu — golan. 7/hipster. 31

Solução

S	O	I	R	A	T	N	U	L	O	V					
		C	N	I	A	V	O		E		O	D			
				E	R	T	S	P	I	H					
				G	A	O	M		O		L				
				E	T	N	E	C	A	P					
				A	L	O	G								
				N	A	L	O	G							



EXTINTORES ALIANÇA

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTÍVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br
assinatura@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

O custo da anticorrupção

● O anúncio da criação de uma Secretaria Anticorrupção no Paraná, feito pelo governador eleito Sergio Moro, recoloca no centro do debate uma questão fundamental para a administração pública: o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização depende da criação de novas estruturas ou da capacidade de garantir autonomia e eficiência às instituições que já existem? A resposta exige mais do que discursos sobre moralidade. Exige transparência, planejamento e compromisso efetivo com o interesse público.

O combate à corrupção constitui uma obrigação permanente do Estado, independentemente da orientação política de seus governantes. Não pode ser tratado como uma bandeira exclusiva de determinado grupo, tampouco convertido em instrumento de promoção pessoal. Sua eficácia depende de instituições sólidas, servidores qualificados, procedimentos transparentes e mecanismos de controle capazes de alcançar todos os setores da administração, inclusive aqueles diretamente vinculados ao chefe do Executivo.

O Paraná já dispõe de uma Controladoria-Geral do Estado, responsável por atividades de auditoria, controle interno, transparência, integridade e prevenção de irregularidades. A existência dessa estrutura não impede a criação de novos mecanismos de fiscalização, mas impõe ao futuro governo a responsabilidade de demonstrar por que uma secretaria adicional seria necessária. Quais atribuições seriam transferidas? Haveria sobreposição de competências? Quanto custaria a nova estrutura? Quantos cargos seriam criados? Essas perguntas precisam ser respondidas antes que a proposta seja submetida à Assembleia Legislativa.

A indicação do ex-procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, integrante da força-tarefa da Lava Jato, reforça o caráter político e simbólico da iniciativa. A escolha recupera uma das principais marcas da trajetória de Moro, mas a experiência acumulada em investigações criminais não dispensa a necessidade de construir uma política pública de integridade administrativa. Investigar crimes e prevenir irregularidades na gestão estatal são atividades relacionadas, porém distintas, que exigem instrumentos, procedimentos e competências específicas.

Também merece atenção a proposta de utilização de inteligência artificial e cruzamento de dados para identificar possíveis irregularidades. A modernização tecnológica pode ampliar a capacidade de fiscalização, especialmente em contratos, licitações e movimentações financeiras. Entretanto, a adoção dessas ferramentas deve estar acompanhada de critérios claros de acesso às informações, proteção de dados pessoais, rastreabilidade das operações e fiscalização independente. Tecnologia sem mecanismos de controle pode ampliar riscos em vez de reduzi-los.

A discussão ganha relevância adicional diante do cenário político que antecede a posse do novo governo. A criação da secretaria dependerá de uma reforma administrativa submetida ao Legislativo, justamente quando diferentes grupos disputam o comando da Assembleia. É legítimo que o Executivo negocie apoio para implementar seu programa, mas estruturas destinadas à fiscalização não podem nascer subordinadas a compromissos de conveniência política.

O verdadeiro teste de uma política anticorrupção não está na capacidade de investigar adversários, mas na disposição de submeter aliados, dirigentes e integrantes do próprio governo aos mesmos padrões de transparência e responsabilização. Órgãos de controle precisam ter condições de atuar sem interferências, independentemente da posição ocupada pelos investigados ou de suas relações com o poder político.

A sociedade paranaense tem o direito de exigir explicações sobre os custos e os resultados esperados de qualquer reorganização administrativa. Em um Estado que enfrenta demandas permanentes por investimentos em saúde, educação, infraestrutura e serviços públicos, a criação de novas despesas deve estar fundamentada em benefícios concretos e mensuráveis.

O combate à corrupção não se fortalece simplesmente pela multiplicação de secretarias, cargos ou estruturas burocráticas. Fortalece-se quando as instituições funcionam, os recursos públicos são acompanhados com rigor e os responsáveis por irregularidades são efetivamente responsabilizados. Mais importante do que anunciar uma nova pasta será demonstrar que ela não servirá apenas para reproduzir atribuições existentes ou reforçar uma identidade política. Afinal, a integridade da administração pública não depende de quem ocupa o governo, mas da existência de controles capazes de fiscalizá-lo.

A consciência da Constituição: Entre vozes e silêncios

Melina
GIRARDI FACHIN

**Diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Associada dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-doutoramento pela Universidade de Coimbra, no Instituto de Direitos Humanos e Democracia. Doutora em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)*

A Constituição de 1988 assumiu, desde seus dispositivos inaugurais, um compromisso explícito com a transformação da realidade social. Ao inscrever no esquecido, porém potente, art. 3º, entre os objetivos fundamentais da República, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades e a promoção do bem de todos, "sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", o constituinte não descreveu a sociedade existente. Desenhou um projeto de sociedade a ser construída.

Esse caráter transformador exige que a igualdade seja compreendida para além da proibição formal de discriminações. Assegurar abstratamente a todas as pessoas os mesmos direitos pouco significa quando as condições históricas e institucionais de seu exercício permanecem profundamente desiguais. A igualdade constitucional demanda atenção aos processos de exclusão que condicionam o acesso a oportunidades, ao reconhecimento social e aos espaços de poder.

O 20 de novembro, que apenas desde 2024 é feriado nacional como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, convida a retomar esse compromisso. As desigualdades materiais persistem e exigem respostas institucionais. A elas se soma, contudo, uma desigualdade menos visível, que diz respeito à distribuição das possibilidades de reconhecimento, de participação e de produção do conhecimento.

A presença de grupos historicamente excluídos em espaços de autoridade não garante, por si só, a transformação das práticas institucionais. Sua importância, porém, também não se esgota no plano simbólico, porque permite questionar os padrões pelos quais certas trajetórias foram consagradas como referências universais, enquanto outras permaneceram às margens. O pensamento feminista negro brasileiro oferece instrumentos decisivos para essa crítica. Lélia Gonzalez demonstrou como racismo e sexismo se articulam na formação de hierarquias persistentes na sociedade brasileira, questionando as pretensões universalizantes de um discurso sobre "as mulheres" que desconsiderava as experiências das mulheres negras. Sueli Carneiro, ao desenvolver a noção de dispositivo de racialidade, evidenciou que o racismo opera também pela desqualificação de sujeitos e saberes, processo que encontra no epistemicídio uma de suas expressões mais acabadas.

Nessa perspectiva, a representatividade diz respeito a quem ocupa determinados espaços e, igualmente, aos critérios pelos quais se reconhecem a palavra, o conhecimento e a autoridade. É nesse ponto que a literatura oferece uma contribuição particularmente relevante à reflexão constitucional.

Ana Maria Gonçalves nos convida a pensar as relações entre história, memória, literatura e direito. Inspirada na figura de Luísa Mahin, sua obra magistral, Um defeito de cor, percorre boa parte do século XIX brasileiro e desloca o olhar tradicionalmente centrado nos senhores, nas autoridades e nas instituições do Estado para a experiência de Kehinde, uma mulher africana escravizada. Aquela que a historiografia tradicional tratou como objeto converte-se em sujeita da própria narração.

O romance não substitui a investigação histórica nem pretende oferecer uma descrição documental da realidade. Seu alcance é tornar perceptíveis dimensões da experiência humana que escapam às categorias abstratas do direito. Conhecer a escravidão como instituição é diferente de acompanhar, ainda que pela mediação literária, seus efeitos sobre a existência de uma mulher. A segunda perspectiva não dispensa a primeira, mas revela a insuficiência de uma história que ignore a pluralidade das experiências que a constituíram.

A mesma contribuição atravessa outras obras fundamentais da literatura produzida por mulheres negras no Brasil. Em Quarto de despejo, Carolina Maria de Jesus transformou a experiência cotidiana da pobreza, da fome e da maternidade em uma narrativa incontornável sobre as desigualdades brasileiras e, com isso, desafiou os critérios pelos quais determinadas vozes eram admitidas no campo da literatura. Conceição Evaristo, nos contos de Olhos d'água e com a noção de escrevivência, estabelece uma relação singular entre experiência, memória e criação, fazendo da escrita um espaço de elaboração de subjetividades e histórias ausentes das narrativas dominantes. Eliana Alves Cruz, por sua vez, reconstrói trajetórias familiares atravessadas pela escravização, pela resistência e pela permanência das desigualdades raciais, com especial atenção às experiências das mulheres negras.

São projetos literários distintos, que não devem ser reduzidos a uma identidade comum ou a uma função exclusivamente testemunhal. O que os aproxima é a possibilidade de reconhecer a literatura como lugar de produção de conhecimento sobre dimensões silenciadas da formação brasileira. Mais do que acrescentar personagens a uma história já conhecida, essas obras transformam as próprias perguntas a partir das quais essa história é compreendida.

Essa reflexão ganha densidade quando se recorda que Ana Maria Gonçalves tomou posse na Academia Brasileira de Letras em novembro de 2025, na cadeira 33, como a primeira mulher negra a integrar a instituição desde sua fundação, em 1897. O significado do acontecimento ultrapassa a trajetória individual da autora e não reside apenas na novidade da presença. Reside também na longa duração da ausência que a antecedeu. Durante 128 anos, a instituição dedicada a preservar e consagrar a literatura brasileira não contou com uma mulher negra entre seus membros. Não por falta de produção, como a trajetória de Carolina Maria de Jesus e de tantas outras escritoras demonstra.

O problema, portanto, não está na inexistência de obra intelectual, mas nos processos históricos que condicionaram o reconhecimento de sua legitimidade. A ausência de determinados grupos em espaços consagrados de autoridade não se explica pela falta de mérito ou de qualificação. Exige examinar os critérios pelos quais algumas trajetórias foram reconhecidas como referências legítimas e outras não. O reconhecimento tardio dessas autoras é, ele próprio, uma das faces do epistemicídio de que fala Sueli Carneiro.

A Constituição de 1988 oferece fundamentos claros para essa reflexão. Ao proteger as manifestações das culturas afro-brasileiras e as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira, os arts. 215 e 216 reconhecem que a memória e a cultura nacionais não se deixam compreender a partir de uma experiência social única. O próprio art. 216 vai além e declara tombados "todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos", fazendo da memória da resistência negra matéria constitucional. O STF extraiu consequências desse compromisso ao reconhecer, na ADIn 3239, a constitucionalidade do decreto que regulamenta a titulação das terras quilombolas.9 O pluralismo cultural não é, assim, concessão exterior à ordem constitucional, mas parte de seu horizonte normativo.

Há, entretanto, uma distância entre reconhecer juridicamente essa pluralidade e transformar as condições em que determinadas vozes adquirem autoridade. É justamente essa diferença, entre produzir conhecimento e ter sua autoridade reconhecida, que aproxima o debate literário da igualdade constitucional. A Consciência Negra não se limita à recordação das lutas contra a escravidão; convida também a examinar as permanências de uma ordem social construída sobre hierarquias raciais que sobreviveram à abolição. A Constituição de 1988 representou uma ruptura normativa com essa história, mas a existência de compromissos de igualdade substantiva não assegura, por si, a sua realização.

É nesse ponto que a questão da representatividade retorna ao centro da reflexão constitucional. Em 135 anos de história, apenas três mulheres integraram o STF, e nenhuma delas era negra. Às vésperas de uma nova indicação para a Corte, a sua composição torna particularmente visível a desigualdade no acesso aos espaços superiores de interpretação da Constituição.

Naturalmente, o paralelo entre a ABL e o STF exige cautela. A autoridade literária e a autoridade jurisdicional têm fundamentos distintos. A composição do Supremo é disciplinada pelo art. 101 da Constituição, ministros e ministras não exercem representação política ou identitária, e a legitimidade do Tribunal não decorre de uma correspondência descritiva com a sociedade. A diversidade, contudo, não se torna irrelevante por isso. Assim como a consagração de Ana Maria Gonçalves não lhe atribui a representação de todas as escritoras negras, a presença de uma ministra negra no Supremo não implicaria presumir determinada orientação jurisprudencial nem lhe impor a tarefa de representar juridicamente um grupo social. Nos dois casos, o que está em jogo é o reconhecimento de trajetórias historicamente excluídas dos espaços de autoridade, ainda que essas autoridades tenham natureza diversa.

Quiçá uma das lições mais importantes de Um defeito de cor esteja justamente nesse deslocamento de que a história do Brasil não pode ser compreendida apenas a partir daqueles que exerceram o poder, assim como a realização da Constituição não pode ser medida pela simples existência formal de seus compromissos igualitários. Trinta e oito anos depois de 1988, a Semana da Consciência Negra é ocasião para medir a distância entre o projeto constitucional de transformação social e as condições concretas de reconhecimento e participação nas instituições brasileiras.

Se a literatura nos convida a reconsiderar quem pôde narrar a história do Brasil, a Constituição nos convoca a examinar quem tem sido reconhecido como legítimo intérprete de suas promessas. Entre a primeira cadeira da Academia ocupada por uma mulher negra e a cadeira do Supremo que nenhuma mulher negra jamais ocupou, persistem silêncios institucionais que desafiam a igualdade constitucional. Tomar consciência da Constituição exige mais do que reconhecer as vozes historicamente silenciadas; depreca transformar as instituições que, por tanto tempo, não souberam ouvi-las.

Política & CIA

Anticorrupção

SERGIO MORO (PL) anunciou o ex-procurador Carlos Fernando dos Santos Lima para comandar a futura Secretaria Anticorrupção do Paraná, mas há um detalhe que pode complicar os planos do governador eleito: a pasta ainda não existe. Sua criação depende de uma reforma administrativa que precisará passar pela Assembleia Legislativa, justamente onde Moro enfrenta sua primeira disputa política de peso. O PSD, partido de Ratinho Junior, resiste à chapa articulada pelo futuro governador para a Mesa Diretora e ameaça transformar a eleição de fevereiro numa queda de braço. Antes de instalar a nova estrutura de fiscalização, Moro terá de demonstrar habilidade para negociar com os deputados que pretende fiscalizar.

Velhos conhecidos

A escolha de Carlos Fernando também representa uma reunião de antigos integrantes da Lava Jato no comando do Estado. O ex-procurador trabalhou na força-tarefa de Curitiba durante o período em que Moro conduzia os processos da operação como juiz federal. A indicação recupera uma das principais marcas políticas do governador eleito, mas também recoloca em evidência as controvérsias que acompanharam a operação. Carlos Fernando foi mencionado nas mensagens divulgadas pela série Vaza Jato, que expuseram discussões internas sobre estratégias de comunicação e vazamentos de informações. Agora, o desafio será transformar o discurso anticorrupção em política pública, com resultados verificáveis e respeito aos mecanismos institucionais de controle.

Fiscalização duplicada?

A futura Secretaria Anticorrupção promete utilizar inteligência artificial, cruzamento de dados e sistemas de monitoramento para identificar irregularidades na administração estadual. Em entrevista à Jovem Pan News Paraná, nesta quinta-feira (19), Carlos Fernando defendeu uma estrutura permanente, composta principalmente por auditores concursados. Resta esclarecer como a nova pasta será organizada em relação à Controladoria-Geral do Estado, que já desempenha funções de controle interno, auditoria e prevenção de irregularidades. Também será necessário conhecer o custo da estrutura, a quantidade de cargos e a origem dos recursos. Para um governo que promete ser enxuto, a criação de mais uma secretaria precisará vir acompanhada de justificativas administrativas convincentes.

Maioria incerta

A resistência do PSD à candidatura de Delegado Jacovós (PL) para a presidência da Assembleia mostra que a vitória eleitoral de Moro não será suficiente para garantir uma maioria parlamentar disciplinada. Gugu Bueno (PSD) aparece como alternativa para comandar a Casa, enquanto Ademar Traiano afirma ter reunido 22 apoios à articulação adversária. Jacovós contesta os números. A disputa envolve muito mais que a distribuição de cargos na Mesa Diretora: está em jogo a capacidade do futuro governador de aprovar projetos, reorganizar secretarias e estabelecer sua relação com o Legislativo. O grupo de Ratinho Junior parece disposto a lembrar que a troca de governador não significa, necessariamente, a transferência do controle político da Assembleia.

Aliados divididos

O desconforto de Moro não se limita aos deputados do PSD. As articulações em torno da Mesa Diretora também alcançam integrantes do próprio PL, partido do governador eleito. Flávia Francischini chegou a ser mencionada em uma composição alternativa para a Primeira Vice-Presidência, enquanto Jacovós tenta consolidar a chapa governista. A movimentação revela a dificuldade de acomodar interesses partidários numa Assembleia em que PL e PSD terão 14 cadeiras cada. O futuro governador ainda não tomou posse, mas já precisa administrar divergências entre aliados e negociar espaços com grupos que possuem projetos próprios de poder.

Oito votos

Com oito deputados eleitos, o PT poderá ocupar posição decisiva caso a disputa pela presidência da Assembleia seja levada ao voto. A bancada representa um contingente expressivo numa composição em que as duas principais forças políticas possuem o mesmo número de parlamentares. O cenário cria uma situação curiosa para Moro: adversários ideológicos poderão ser fundamentais para definir quem comandará o Legislativo durante os dois primeiros anos de seu governo. Para os petistas, a conjuntura abre espaço para negociar participação na Mesa e garantias de atuação parlamentar. Para o governador eleito, qualquer aproximação exigirá explicações a uma base política construída em oposição ao partido.

Emendas e prioridades

A Câmara Municipal de Curitiba anunciou a previsão de R$ 1,4 milhão em emendas para 36 escolas e instituições sociais no orçamento de 2027. A destinação ocorre após uma consulta pública que recebeu 9.262 sugestões, número 650% superior ao registrado no ano anterior. O crescimento da participação popular é positivo, mas também aumenta a responsabilidade dos vereadores sobre a transparência dos critérios utilizados na distribuição dos recursos. Será importante verificar quais instituições foram contempladas, quais demandas ficaram de fora e de que maneira as sugestões da população influenciaram as escolhas. Afinal, consulta pública não pode servir apenas como vitrine de participação.

Jessicão e Justiça

A deputada estadual eleita Jessicão (PL) conseguiu encerrar, na primeira instância da Justiça do Trabalho, a ação movida pelo Ministério Público do Trabalho por uma publicação em que sugeria a demissão de eleitores do PT. O juiz considerou que a Justiça trabalhista não tinha competência para julgar o caso, uma vez que a parlamentar não era empregadora e não havia comprovação de demissões decorrentes da manifestação. A decisão, entretanto, não declarou legítimo o conteúdo da publicação. O caso ainda admite recurso ou eventual discussão na Justiça comum. Jessicão comemorou o resultado, mas a controvérsia sobre discriminação política nas relações de trabalho permanece.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

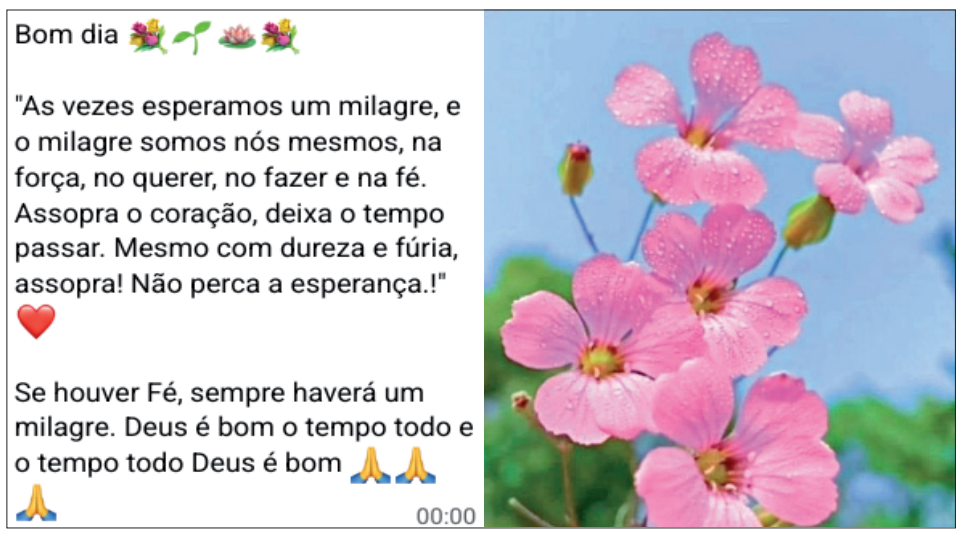




SESSÃO PORTA RETRATO: mulher da comunicação Sonia Pilati com seu filho amado Marcos *arquivo pessoal*



SEVERINO FOLADOR e esposa Lorena, em festa elegante na temporada *arquivo pessoal*



•Reflexão
Não devemos mudar a nossa postura apenas para agradar os outros; devemos viver a nossa própria essência e mostrar que somos especiais exatamente como somos. As pessoas devem se sentir felizes em nossa companhia simplesmente por sermos quem somos. Nesses momentos em que mostramos quem somos de verdade e agimos de acordo com os nossos conceitos, precisamos muito do amor-próprio; do contrário, corremos o risco de sofrermos pelas perdas que ocorrerão durante a caminhada. Amém!

•Pausa para o cafezinho
Todos somos filhos, frutos e parte de uma mesma Fonte que rege os universos com sua Inteligência e Amorosidade. Gradativamente vamos expandindo a nossa consciência e tomando posse de quem realmente somos em essência.

Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin





Saudade Não Tem Idade

Catedral Metropolitana de Cascavel – 1976

A Catedral de Cascavel, como conhecemos hoje, teve sua primeira missa celebrada em 1974, com a obra ainda em andamento. No entanto, a inauguração oficial do templo ocorreu em 1976, ainda na condição de Igreja Matriz. Em 16 de outubro de 1979, a Diocese foi alçada à categoria de Arquidiocese e o templo à Catedral Metropolitana.

O projeto arquitetônico da Catedral foi desenhado pelo arquiteto Gustavo Gama Monteiro, tendo como principal característica o telhado em laje plissada, com 18 gomos de concreto armado sobre 18 colunas, formando um leque que representa o manto e a coroa de Nossa Senhora.

Ao todo, a obra demorou cinco anos para ser concluída e chama a atenção pela ousadia arquitetônica. Na cobertura, foram utilizados 60 mil kg de ferro e 50 mil sacas de cimento, além de areia e pedra brita.



Diocese de Cascavel / Foto - Acervo de Xico Tebaldi e IBGE / Acervo Cascavel Histórica

Primeira Corrida de Bicicleta em Toledo

Pioneiros de Toledo e amantes da velocidade realizaram, na década de 1950, uma corrida inusitada para a época. A 1ª Corrida de Bicicleta em Toledo marcou época. A imagem faz parte da exposição online: "Fragmentos e Vestígios da Nossa História".



Museu Histórico Willy Barth

Escola em Santa Tereza do Oeste

Foto do fim da década de 1970 em Santa Tereza do Oeste, que na época era distrito de Cascavel. Visitando o Grupo Escolar Almirante Tamandaré está o então prefeito Jacy Scanagatta; à esquerda, a secretária de Educação, Maria do Rocio; e à direita, o diretor de Obras, Generino Ferrari. Também está na imagem o então subprefeito de Santa Tereza, Chiquinho Weiber, e, à frente, a diretora Romilda Batista Nascimento. Após essa visita, a escola passou por um processo de reforma.



Acervo Xico Tebaldi

Vista aérea da Zona 7 de Maringá – Anos 1980

A imagem mostra parte da Zona 7, ao lado do campus em expansão da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na diagonal inferior esquerda, aparece uma parte da avenida Colombo, em frente à reitoria da UEM. Além dos blocos iniciais, que foram instalados imediatamente próximos a esse local, percebe-se ao fundo, na área mais ampla e extensa da instituição de ensino superior, a grande quantidade de prédios e pavilhões que davam novos contornos ao interior do campus.

Ao fundo, nos extremos das propriedades rurais, conjuntos habitacionais criavam novas regiões de adensamento demográfico na cidade.



Acervo da Universidade Estadual de Maringá / Museu Bacia do Paraná / Acervo Maringá Histórica